



## AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA N.º 193/2025

Torna público que o **MUNICÍPIO DE BASTOS**, estado de São Paulo, por meio da Divisão de Compras e Licitação, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO**, com amparo no art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021, Decretos Municipais n.º [1.700/2023 de 05 de Dezembro de 2023](#), n.º [1.743/2024 de 22 de Março de 2024](#), n.º [1.810/2025 de 08 de Janeiro de 2025](#) e demais legislação aplicável.

**PERÍODO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Do dia **07/04/2025** até o dia **11/04/2025** às **08:30** horas.

**PERÍODO DOS LANCES ELETRÔNICOS:** No dia **11/04/2025** a partir das **09:00** horas com duração de **06** (seis) horas de disputa.

Link da Plataforma Eletrônica: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

Suporte da Plataforma Eletrônica - BLL: (41) 3097-4600 – [contato@bll.org.br](mailto:contato@bll.org.br)

Recursos Financeiros/Orçamentários: 3.3.90.39.00.00.00 – Despesa Principal. 178 – 587 – 3399 – 3495 – 4699 – 3593 – 3803 – 1906 – 1160 – Despesa Desdobrada 197 – 4982 – 3414 – 5282 – 4714 – 3608 – 5213 – 1918 – 1179 - Fonte 01 – C.A. 110.0000

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por dispensa de licitação de **empresa para treinamento de brigada de incêndio e primeiros socorros para servidores de diversas secretarias da municipalidade**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A contratação será, conforme especificações constantes do **Anexo V e VI**.

1.2.1. Havendo mais de um item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço GLOBAL**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

### 2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante da plataforma Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL ([www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)).

2.1.1. Os trabalhos serão conduzidos por funcionário Municipal da Administração, **Sr. Adriano Ribeiro**, denominado “**Agente de contratação**”, nomeado nos autos do processo conforme [Decreto Municipal 1.816/2025 de 15 de Janeiro de 2025](#).

2.1.2. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos na plataforma Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou à Prefeitura de Bastos a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de



contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- g) Que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- h) Que tenham sido proibidas pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidas pela Administração Pública federal, estadual, municipal, direta e indireta, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei Federal n.º 12.529/2011;
- i) Que tenham sido proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal n.º 8.429/1992;
- j) Que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 108 da Lei Complementar Estadual n.º 709/1993.

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão n.º 746/2014-TCU-Plenário); e

2.2.5. sociedades cooperativas.

2.3. A observância das vedações supramencionadas é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, estará sujeita às penalidades cabíveis.

### **3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar, Projeto Básico ou Projeto Executivo, quando o caso, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la.



#### **4. FASE DE LANCES**

- 4.1. A partir das **09:00HS** da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será aberta pelo condutor do processo para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado automaticamente após decorrido **06** (seis) horas de disputa.
- 4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor GLOBAL**.
- 4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
- 4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta será definido pelo condutor do processo, se o caso.
- 4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 4.7. Imediatamente após o período de **06** (seis) horas de disputa, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
- 4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

#### **5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

- 5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
- 5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
- 5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
- 5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.
- 5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.
- 5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60** (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação.
- 5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 5.5.1. contiver vícios insanáveis;
- 5.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- 5.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 5.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 5.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado,



acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.7. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**5.10. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.**

5.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## **6. HABILITAÇÃO**

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO II – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>); e
- b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

6.2.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora.

6.2.1.1. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação, devendo responder através do “chat” eventuais pedidos de esclarecimentos.

6.2.2. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio da plataforma Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL.

6.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente os documentos de habilitação para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais “não digitais” quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.



## 6.10. OUTRAS COMPROVAÇÕES

- 6.11. Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação (ANEXO III).
- 6.12. No caso de ME/EPP, apresentação de declaração de enquadramento da empresa, na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, visando garantir seu direito de preferência, conforme Lei Complementar n.º 123/2006 (ANEXO IV).
- 6.13. Declaração de que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes (ANEXO III);
- 6.14. Declaração que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos (ANEXO III).

## 7. CONTRATAÇÃO

- 7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente, como Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho.
- 7.2. O Aceite da Ordem de Fornecimento, ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
  - 7.2.1. referido documento está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei n.º 14.133, de 2021;
  - 7.2.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
  - 7.2.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei n.º 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 7.3. O prazo de vigência da contratação será de (90) dias, prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.
- 7.4. As condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato ou instrumento equivalente.

## 8. SANÇÕES

- 8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, o Contratado que praticar um dos atos elencados no art. 155 da referida lei.
- 8.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
  - 8.2.1. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
  - 8.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas II, III, IV, V, VI, VII do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
  - 8.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas VIII, IX, X, XI e XII do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, bem como nas alíneas II, III, IV, V, VI e VII, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei);
  - 8.2.4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.3. **Multa:**
  - a) **Moratória de 1%** (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias. O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021 e;
  - b) **Compensatória de 30%** (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
- 8.3.1. No caso de extinção unilateral do contrato a aplicação de multa de mora e compensatória serão cumulativas, além da possibilidade de aplicação de outras sanções.
- 8.4. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º).
- 8.4.1. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
- 8.4.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15** (quinze)



dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);

8.4.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

## **9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

9.1. O procedimento será divulgado na plataforma Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL ([www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)) e no Portal Nacional de Contratações Públicas- PNCP.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. fixar prazo para que os fornecedores interessados possam adequar as suas propostas ou sua situação no que se refere à habilitação; ou

9.2.3. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas, nos termos do art. 22 da Instrução Normativa SEGES/ME N.º 67, de 08 de Julho de 2021.

9.3. O disposto nos subitens “9.2.1” e “9.2.3” poderá ser utilizado nas hipóteses de o procedimento restar deserto.

9.4. No caso do subitem “9.2.2”, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.5. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.6. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.8. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de **Brasília-DF**, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.9. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.10. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.11. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.12. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.13. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.14. O contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até **25%** (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras.

9.15. As partes deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, para o propósito de execução e acompanhamento deste Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

9.16. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.16.1. **ANEXO I – Descrição sumária do objeto;**

9.16.2. **ANEXO II – Documentação exigida para Habilitação;**



- 9.16.3. **ANEXO III – Modelo de Declaração Unificada**
- 9.16.4. **ANEXO IV – Modelo de Declaração de ME ou EPP.**
- 9.16.5. **ANEXO V - Termo de Referência.**
- 9.16.6. **ANEXO VI – Minuta de Contrato.**
- 9.16.7. **ANEXO VII – Termo de Ciência e Notificação Eletrônica**

Bastos/SP, 02 de Abril de 2025.

**KLÉBER LOPES DE SOUSA**  
Prefeito Municipal



## ANEXO I

### DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO OBJETO

#### 1. OBJETO:

**Contratação de empresa para treinamento de brigada de incêndio e primeiros socorros para os servidores de diversas secretarias da municipalidade.**

#### 2. ESPECIFICAÇÕES DO ITEM:

LOTE	ITEM	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO COMPLETA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1	SERV.	15	SERVIÇO DE TREINAMENTO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E PRIMEIROS SOCORROS PARA SERVIDORES DO PAÇO MUNICIPAL.	30,00	450,00
1	2	SERV.	15	SERVIÇO DE TREINAMENTO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E PRIMEIROS SOCORROS PARA SERVIDORES DO ALMOXARIFADO.	30,00	450,00
1	3	SERV.	390	SERVIÇO DE TREINAMENTO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E PRIMEIROS SOCORROS PARA SERVIDORES SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	30,00	11.700,00
1	4	SERV.	6	SERVIÇO DE TREINAMENTO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E PRIMEIROS SOCORROS PARA SERVIDORES SECRETARIA DE ESPORTES.	30,00	180,00
1	5	SERV.	6	SERVIÇO DE TREINAMENTO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E PRIMEIROS SOCORROS PARA SERVIDORES SECRETARIA DE CULTURA.	30,00	180,00
1	6	SERV.	6	SERVIÇO DE TREINAMENTO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E PRIMEIROS SOCORROS PARA SERVIDORES SECRETARIA DE TURISMO.	30,00	180,00
1	7	SERV.	6	SERVIÇO DE TREINAMENTO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E PRIMEIROS SOCORROS PARA SERVIDORES SECRETARIA PROM SOCIAL.	30,00	180,00
1	8	SERV.	6	SERVIÇO DE TREINAMENTO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E PRIMEIROS SOCORROS PARA SERVIDORES SECRETARIA DE AGRICULTURA.	30,00	180,00
1	9	SERV.	50	SERVIÇO DE TREINAMENTO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E PRIMEIROS SOCORROS PARA SERVIDORES SECRETARIA DE SAÚDE.	30,00	1.500,00

Os Serviços de Treinamento de Brigada de Incêndio e Primeiros Socorros deverão abranger os seguintes temas:

#### BRIGADA DE INCÊNDIO:

INTRODUÇÃO  
ASPECTOS LEGAIS  
TEORIA DO FOGO  
PROPAGAÇÃO DO FOGO  
CLASSES DE INCÊNDIO  
PREVENÇÃO DE INCÊNDIO  
AGENTES EXTINTORES  
EPI (EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL)  
EQUIPAMENTOS DE COMBATE A INCÊNDIO  
EQUIPAMENTOS DE DETECÇÃO, ALARME, LUZ DE EMERGÊNCIA E COMUNICAÇÃO  
ABANDONO DE ÁREA  
PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA  
AVALIAÇÃO INICIAL

#### PRIMEIROS SOCORROS:

LEGISLAÇÃO PERTINENTE  
ABORDAGEM DA VÍTIMA  
ANÁLISE DE CENÁRIOS  
ANÁLISE PRIMÁRIA  
ANÁLISE SECUNDÁRIA  
LIBERAÇÃO DE VIAS AÉREAS E DESOBSTRUÇÃO  
ENGASGAMENTO  
QUEIMADURAS  
DESMAIOS  
CONVULSÕES  
FERIMENTOS E HEMORRAGIAS  
FRATURAS E IMOBILIZAÇÃO  
EMERGÊNCIAS CLÍNICAS  
MANOBRAS DE REANIMAÇÃO – RCP EM MANEQUIM DE TREINAMENTO  
TRANSPORTE DA VITIMA COM AUXILIO



## ANEXO II

### DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

**NOTA:** Os documentos exigidos para habilitação deverão ser do mesmo CNPJ do estabelecimento da licitante cadastrado no Portal Eletrônico BLL que efetivamente irá executar o objeto da presente dispensa, sob pena de irrevogável inabilitação do participante.

#### 1 HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

1.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso

(<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/cnpjrevasolicitacao.asp> ou

<https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/imprensaocomprovante/consultaimpressao.asp>);

1.2 Prova de regularidade Estadual (Débitos Inscritos em Dívida Ativa) e Prova de regularidade com a Fazenda Municipal;

1.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)

(<https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>);

1.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (<https://cndt-certi-dao.tst.jus.br/inicio.faces>);

1.5 Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial.

#### 1.6 OUTRAS COMPROVAÇÕES:

1.7 Microempresas ou empresas de pequeno porte: Declaração de enquadramento como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) e de que não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, cujos termos declara conhecer na íntegra devidamente assinada pelo representante legal da empresa;

1.8 Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação.

1.9 Declaração de que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público, ou suspensa de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

1.10 Declaração que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.



### ANEXO III

#### MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE \_\_\_\_\_

Dispensa Eletrônica nº \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

(Razão Social da Empresa), estabelecida na .....(endereço completo) ....., inscrita no CNPJ sob n.º ....., neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que cumpre plenamente aos requisitos de habilitação.

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que inexistem quaisquer fatos impeditivos à sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público de qualquer esfera, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal, e, para fins do disposto no inciso VIII do artigo 68 da Lei n.º 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz (---).

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Por ser verdade assina a presente.

....., ..... de.....de 2025.

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do responsável/procurador Cargo do  
responsável/procurador N.º do documento de  
identidade



#### ANEXO IV

#### DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

**DECLARO**, sob as penas da Lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa.....(denominação da pessoa jurídica), CNPJ n.º é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do Dispensa Eletrônica n.º...../ , realizado pela Prefeitura Municipal de Bastos— SP.

**DECLARO**, igualmente, que a licitante não encontra-se nas situações de impedimento constante do art. 3º, § 4º da Lei citada.

---

Razão Social da Empresa  
Nome do responsável/procurador Cargo do  
responsável/procurador N.º do documento de identidade



## ANEXO V

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DO OBJETO

##### 1.1. DA SECRETARIA INTERESSADA E LOCAL:

- 1.1.1. Secretaria Municipal de Educação  
Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico  
Almoxarifado Municipal  
Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Abastecimento  
Secretaria Municipal de Promoção Social  
Secretaria Municipal de Cultura  
Palácio 18 de Junho  
Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Juventude  
Secretaria Municipal de Saúde

#### 1.2. OBJETO

##### 1.2.1. Contratação de Treinamento de Brigada de Incêndio e Primeiros Socorros

##### 1.3. Abaixo a tabela do objeto:

Unidades Atendidas	Descrição do Item	Quantidade	Valor Total
PALÁCIO 18 DE JUNHO	SERVIÇO DE TREINAMENTO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E PRIMEIROS SOCORROS	15	
ALMOXARIFADO MUNICIPAL	SERVIÇO DE TREINAMENTO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E PRIMEIROS SOCORROS	15	
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	SERVIÇO DE TREINAMENTO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E PRIMEIROS SOCORROS	390	
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	SERVIÇO DE TREINAMENTO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E PRIMEIROS SOCORROS	6	
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	SERVIÇO DE TREINAMENTO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E PRIMEIROS SOCORROS	6	
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	SERVIÇO DE TREINAMENTO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E PRIMEIROS SOCORROS	6	
SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL	SERVIÇO DE TREINAMENTO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E PRIMEIROS SOCORROS	6	
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE	SERVIÇO DE TREINAMENTO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E PRIMEIROS SOCORROS	6	
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇO DE TREINAMENTO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E PRIMEIROS SOCORROS	50	

Os Serviços de Treinamento de Brigada de Incêndio e Primeiros Socorros deverão abranger os seguintes temas:

#### BRIGADA DE INCÊNDIO:

##### INTRODUÇÃO

##### ASPECTOS LEGAIS

##### TEORIA DO FOGO

##### PROPAGAÇÃO DO FOGO

##### CLASSES DE INCÊNDIO

##### PREVENÇÃO DE INCÊNDIO

##### AGENTES EXTINTORES

##### EPI (EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL)

##### EQUIPAMENTOS DE COMBATE A INCÊNDIO

##### EQUIPAMENTOS DE DETECÇÃO, ALARME, LUZ DE EMERGÊNCIA E COMUNICAÇÃO

##### ABANDONO DE ÁREA

##### PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA

##### AVALIAÇÃO INICIAL

#### PRIMEIROS SOCORROS:

##### LEGISLAÇÃO PERTINENTE

##### ABORDAGEM DA VÍTIMA

##### ANÁLISE DE CENÁRIOS

##### ANÁLISE PRIMÁRIA

##### ANÁLISE SECUNDÁRIA

##### LIBERAÇÃO DE VIAS AÉREAS E DESOBSTRUÇÃO

##### ENGASGAMENTO

##### QUEIMADURAS

##### DESMAIOS

##### CONVULSÕES

##### FERIMENTOS E HEMORRAGIAS



FRATURAS E IMOBILIZAÇÃO  
EMERGÊNCIAS CLÍNICAS  
MANOBRAS DE REANIMAÇÃO – RCP EM MANEQUIM DE TREINAMENTO  
TRANSPORTE DA VITIMA COM AUXILIO

- 1.4. O objeto da licitação é considerado serviço comum conforme termos do Inciso XIII do Art. 6º da Lei 14.133.
- 1.5. Os quantitativos dos itens são os discriminados nas tabelas acima.
- 1.6. A presente contratação adotará como regime de execução indireta do tipo menor preço por item.

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Atendimento as Normas Regulamentadoras, NR-07 e NR-23, e Instrução Técnica do Corpo de Bombeiros IT-17 Brigada de Incêndio, que exigem treinamento e atualização dos servidores quanto a brigada de incêndio e atendimento de primeiro socorros.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 3.1. O objeto do presente Termo de Referência, trata-se da contratação de empresa para capacitação, orientação, acompanhamento, fornecimento de modelos, para a elaboração do Plano de Contratação Anual até a inserção do plano no PNCP (Portal Nacional de Compras Públicas). A elaboração do Plano de Contratações Anual pelo município terá como objetivos, racionalizar as contratações das unidades administrativas de sua competência, por meio da promoção de contratações centralizadas e compartilhadas, a fim de obter economia de escala, padronização de produtos e serviços e redução de custos processuais; garantir o alinhamento com o planejamento estratégico, o plano diretor de logística sustentável e outros instrumentos de governança existente; subsidiar a elaboração das leis orçamentárias; evitar o fracionamento de despesas; sinalizar intenções ao mercado fornecedor de forma a aumentar o diálogo potencial com o mercado e incrementar a competitividade.

## 4. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta
- 4.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **Dispensa de licitação (Eletrônica)**; \*limite de R\$ 62.725,59 (2025), com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, conforme a Lei nº 14.133.

## 5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Para fins de habilitação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos: (conforme decreto nº 1.810/25)
  - 5.1.1. Documentos de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, no caso de dispensa simplificada, apresentando os seguintes documentos:
    - 5.1.1.1. Certidão Negativa de Débitos (CND);
    - 5.1.1.2. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
    - 5.1.1.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
    - 5.1.1.4. Certidão de Regularidade Fiscal Estadual e Municipal;
    - 5.1.1.5. Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial;
    - 5.1.1.6. Cartão CNPJ;

## 6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. Subcontratação: Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 6.2. Os itens ofertados deverão cumprir todo o descritivo técnico de cada item.

## 7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 7.1. Condições de Entrega: 30 dias
  - 7.1.1. Local de entrega do(s) Serviço(s):  
Palácio 18 de Junho - Rua Ademar de Barros, 600 – Centro  
Almoxarifado - Av Gaspar Ricardo, 1800

## 8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

- 8.1. Em cumprimento ao disposto no artigo 117 da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATANTE designará, os seguintes servidores para a gestão e a fiscalização da contratação, bem como, se necessário, servidor(es) para auxílio na fiscalização:



- 8.2. Fiscal do Contrato – Edson Aparecido de Souza – Mat: 32107/1 – CPF: 144.325.578-50 – Coordenador da Defesa Civil
- 8.3. Gestor do Contrato – Evaldir Antonio Ribeiro – Mat: 31917/1 – CPF: 157.495.408-39 – Coordenador de Almojarifado
- 8.4. Tanto o Gestor quanto o Fiscal atuarão em conjunto no acompanhamento e fiscalização da contratação, incumbindo especificamente ao Fiscal o acompanhamento do cumprimento das obrigações pela CONTRATADA e ao Gestor a liquidação das notas fiscais/faturas.
- 8.5. A existência de fiscalização por parte do CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades no cumprimento das obrigações assumidas, nem perante terceiros, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica a corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes ou prepostos.
- 8.6. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o CONTRATANTE reserva-se no direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, por intermédio do Fiscal da contratação.
- 8.7. A ação ou a omissão, total ou parcial, por parte da fiscalização do CONTRATANTE, não eximirá a CONTRATADA da total responsabilidade decorrente de má execução da contratação, inclusive por defeito ou inadequação por inadequação do serviço fornecido.

#### **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização das entregas solicitadas, recebendo os e realizar a conferência deles, em caso de divergência notificar a contratada;
- 9.3. Notificar a contratada de ocorrências eventuais como: atraso na entrega do(s) Serviço(s);
- 9.4. Pagar à contratada o valor resultante das aquisições, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 9.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o decreto nº 1.679/23

#### **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 10.1. Entregar os Serviço(s) solicitados conforme contratado dentro do prazo de 30 dias.
- 10.2. Observar as orientações do Órgão Fiscalizador do contrato, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

#### **11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

- 11.1. O pagamento será efetivado pela PREFEITURA MUNICIPAL em 14 dias após emissão, entrega e liquidação de nota fiscal, conferência e recebimento definitivo do objeto desta licitação e a apresentação do Documento Fiscal de venda.
- 11.2. O pagamento será realizado mediante crédito em conta corrente da Contratada, devidamente cadastrada na Secretaria de Finanças, valendo como recibo o comprovante de depósito.
- 11.3. O vencimento do Documento fiscal dar-se-á somente após a entrega definitiva do objeto contratado, e não de emissão do mesmo.
- 11.4. Se forem constatados erros no Documento Fiscal, suspender-se-á o prazo de vencimento previsto, voltando o mesmo a ser contado a partir da apresentação dos documentos corrigidos.
- 11.5. Por ocasião da emissão da Nota Fiscal, deverá constar conforme o pedido de empenho ou informações abaixo, sem os quais o pagamento ficará retido por falta de informações.
- 11.6. Para pedidos da Prefeitura/Saúde/Educação:
  - 11.6.1. MUNICIPIO DE BASTOS, CNPJ 45.547.403/0001-93, número da Licitação, número do Processo de compras e número do Pedido de Empenho, endereço: Rua Ademar de Barros nº 600, Centro, Bastos/SP, 17690-000, bem como o número da conta corrente e agência bancária da empresa;
  - 11.6.2. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BASTOS, CNPJ 11.892.520/0001-72, número da Licitação, número do Processo de compras e número do Pedido de Empenho, endereço: Rua Adhemar de Barros nº 600, Centro, Bastos/SP, 17690-000, bem como o número da conta corrente e agência bancária da empresa;
  - 11.6.3. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CNPJ 29.937.718/0001-90, número da Licitação, número do Processo de compras e número do Pedido de Empenho, endereço: Rua Duque de Caxias nº 640, Centro, Bastos/SP, 17690-000, bem como o número da conta corrente e agência bancária da empresa;



## 12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

LOTE	ITEM	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO COMPLETA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1	SERV.	15	SERVIÇO DE TREINAMENTO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E PRIMEIROS SOCORROS PARA SERVIDORES DO PAÇO MUNICIPAL.	30,00	450,00
1	2	SERV.	15	SERVIÇO DE TREINAMENTO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E PRIMEIROS SOCORROS PARA SERVIDORES DO ALMOXARIFADO.	30,00	450,00
1	3	SERV.	390	SERVIÇO DE TREINAMENTO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E PRIMEIROS SOCORROS PARA SERVIDORES SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	30,00	11.700,00
1	4	SERV.	6	SERVIÇO DE TREINAMENTO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E PRIMEIROS SOCORROS PARA SERVIDORES SECRETARIA DE ESPORTES.	30,00	180,00
1	5	SERV.	6	SERVIÇO DE TREINAMENTO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E PRIMEIROS SOCORROS PARA SERVIDORES SECRETARIA DE CULTURA.	30,00	180,00
1	6	SERV.	6	SERVIÇO DE TREINAMENTO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E PRIMEIROS SOCORROS PARA SERVIDORES SECRETARIA DE TURISMO.	30,00	180,00
1	7	SERV.	6	SERVIÇO DE TREINAMENTO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E PRIMEIROS SOCORROS PARA SERVIDORES SECRETARIA PROM SOCIAL.	30,00	180,00
1	8	SERV.	6	SERVIÇO DE TREINAMENTO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E PRIMEIROS SOCORROS PARA SERVIDORES SECRETARIA DE AGRICULTURA.	30,00	180,00
1	9	SERV.	50	SERVIÇO DE TREINAMENTO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E PRIMEIROS SOCORROS PARA SERVIDORES SECRETARIA DE SAÚDE.	30,00	1.500,00

## 13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Objeto: Contratação de serviço de treinamento para Brigada de Incêndio.									
Despesa Desdobrada	Natureza da despesa	Nomenclatura da despesa	Unidade Orçamentária	Ação	Despesa Principal	Fonte de Recurso	Código de Aplicação	Nome do Recurso	Saldo da Dotação (em 25/02/2025)
197	3.3.90.39.48.00.00	SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO	02.01 - Gabinete do Prefeito e Dependências	2.003 - Manutenção do Gabinete	178	1	110-0000	GERAL	R\$ 139.713,68
4982	3.3.90.39.48.00.00	SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO	02.02 - Sec. Munic. de Administração	2.093 - Manutenção do Almoxarifado Municipal	587	1	110-0000	GERAL	R\$ 262.332,96
3414	3.3.90.39.48.00.00	SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO	02.06 - Sec. Munic. de Esporte, Lazer e Juventude	2.019 - Manutenção da Sec. Munic. De Esportes, Lazer e Juventude	3399	1	110-0000	GERAL	R\$ 90.707,82
5262	3.3.90.39.48.00.00	SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO	02.14 - Sec. Munic. de Cultura	2.038 - Manutenção das Atividades Culturais	4606	1	110-0000	GERAL	R\$ 183.369,51
4714	3.3.90.39.48.00.00	SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO	02.12 - Sec. Munic. de Turismo e Desenvolvimento Econômico	2.053 - Manutenção da Sec. Munic. Turismo e Desenvolvimento Econômico	4699	1	110-0000	GERAL	R\$ 103.283,84
3608	3.3.90.39.48.00.00	SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO	02.11 - Fundo Munic. de Assistência Social	2.021 - Manutenção da Sec. Munic. Promoção Social	3593	1	110-0000	GERAL	R\$ 31.924,00
5213	3.3.90.39.48.00.00	SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO	02.09 - Sec. Munic. de Agricultura, Abastec e Meio Amb	2.026 - Manutenção da Sec. Munic. De Agricultura e Meio Ambiente	3803	1	110-0000	GERAL	R\$ 77.248,97
1918	3.3.90.39.48.00.00	SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO	02.05 - Fundo Munic. de Saúde	2.078 - Manutenção da Sec. Munic. de Saúde	1906	1	310-0000	SAÚDE GERAL	R\$ 1.261.455,45



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS/SP - CNPJ 45.547.403/0001-93  
RUA ADEMAR DE BARROS N.º 600, CENTRO  
CEP N° 17.690-035 - BASTOS/SP - SALA 01 - FONE (14) 3478-9800  
DIVISÃO DE COMPRAS/LICITAÇÕES E CONTRATOS

1179	3.3.90.39.48.00. 00	SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO	02.04 - Sec. Munic. de Educação	2.014 - Manutenção do Ensino Fundamental	1160	1	220-0000	ENSINO FUNDAM ENT	RS 727.340,41
------	------------------------	--	------------------------------------	---	------	---	----------	-------------------------	---------------

Responsável pelo Termo de Referência:

---

**Nome:** Edson Aparecido de Souza  
**CPF:** 144.325.578-50  
**Matrícula:** 32107/1

Bastos, 4 de abril de 2025



**ANEXO VI**  
**MINUTA DE CONTRATO**

**MINUTA DE CONTRATO N.º ..../2025**  
**DISPENSA ELETRÔNICA N.º 193/2025**

CONTRATO N.º , QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE BASTOS E A EMPRESA .....

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BASTOS**, pessoa jurídica de direito público, sita à Rua Ademar de Barros, 600 - centro, nesta cidade de Bastos, Estado de São Paulo, inscrita no C.N.P.J. sob n.º 45.547.403/0001-93 e Inscrição Estadual Isenta, neste ato representada por seu PREFEITO MUNICIPAL, Sr. Kléber Lopes de Sousa, inscrito no CPF-MF n.º 323.536.998-80 a seguir denominada **CONTRATANTE** e a Empresa ....., pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua ....., n.º ....., Cidade de ....., Estado de São Paulo, inscrita no C.N.P.J. sob n.º .....e Inscrição Estadual n.º ..... neste ato representada por seu Proprietário, Sr....., portador do R.G. n.º ....., inscrito no CPF-MF n.º , residente e domiciliado na Rua ....., n.º ....., na Cidade de ....., Estado de ....., a seguir denominada **CONTRATADA**, nos termos do Art. 105 e seguintes da Lei Federal n.º 14.133/2021, pelas condições estabelecidas no Edital de Dispensa de Licitação n.º 193/2025, em conjunto com seus anexo e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

**Cláusula Primeira – OBJETO**

O presente contrato tem como objeto a contratação de empresa para treinamento de brigada de incêndio e primeiros socorros para servidores de diversas secretarias da municipalidade conforme especificações abaixo.

LOTE	ITEM	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO COMPLETA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1	SERV.	15	SERVIÇO DE TREINAMENTO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E PRIMEIROS SOCORROS PARA SERVIDORES DO PAÇO MUNICIPAL.		
1	2	SERV.	15	SERVIÇO DE TREINAMENTO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E PRIMEIROS SOCORROS PARA SERVIDORES DO ALMOXARIFADO.		
1	3	SERV.	390	SERVIÇO DE TREINAMENTO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E PRIMEIROS SOCORROS PARA SERVIDORES SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
1	4	SERV.	6	SERVIÇO DE TREINAMENTO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E PRIMEIROS SOCORROS PARA SERVIDORES SECRETARIA DE ESPORTES.		
1	5	SERV.	6	SERVIÇO DE TREINAMENTO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E PRIMEIROS SOCORROS PARA SERVIDORES SECRETARIA DE CULTURA.		
1	6	SERV.	6	SERVIÇO DE TREINAMENTO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E PRIMEIROS SOCORROS PARA SERVIDORES SECRETARIA DE TURISMO.		
1	7	SERV.	6	SERVIÇO DE TREINAMENTO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E PRIMEIROS SOCORROS PARA SERVIDORES SECRETARIA PROM SOCIAL.		
1	8	SERV.	6	SERVIÇO DE TREINAMENTO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E PRIMEIROS SOCORROS PARA SERVIDORES SECRETARIA DE AGRICULTURA.		
1	9	SERV.	50	SERVIÇO DE TREINAMENTO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E PRIMEIROS SOCORROS PARA SERVIDORES SECRETARIA DE SAÚDE.		

**Cláusula Segunda – DA VIGÊNCIA, PRAZO, FORMA DE EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO.**

A vigência do presente contrato será de 06 (seis) meses, iniciando no dia de sua assinatura.

Parágrafo único - Prazo para entrega será de 30 dias, devendo os serviços serem executados conforme consta no Termo de Referência que compõe o processo de dispensa de licitação n.º 193/2025.

**Cláusula Terceira – VALOR CONTRATUAL**

Pela execução dos serviços a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor de R\$ .....(.....).

**Cláusula Quarta - DO PRAZO DE INÍCIO, LOCAL E FORMA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

O início da prestação dos serviços licitados será no prazo definido na emissão da ordem de serviço após a assinatura deste termo de contrato.

§ 1º - Correrão por conta da Contratada todas as despesas de transporte, alimentação, estadia, bem como com todos os impostos, taxas, e demais encargos que for necessário para o cumprimento dos serviços ora contratados.



§ 2º - A execução dos serviços licitados pela licitante vencedora não ensejará nenhum vínculo trabalhista entre seus colaboradores e o Município de Bastos, considerando a relação contratual de prestação de serviços que resultará deste certame, entre a empresa vencedora e o Município.

**Clausula Quinta - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

O presente contrato terá como fiscal o servidor Sr. Edson Aparecido de Souza – Coordenador da Defesa Civil, que acompanhará e fiscalizará a execução do presente contrato, devendo informar a inexecução total ou parcial deste termo a Procuradoria Geral do Município, nos termos do Artigo 117 da Lei Nº 14.133/2021.

O gestor do contrato será o Sr. Evaldir Antonio Ribeiro – Coordenador de Almoxarifado, que acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**Clausula Sexta - CONDIÇÕES DE LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO**

Pelo objeto descrito, a prefeitura pagará contratada o valor constante no contrato, sem qualquer ônus ou acréscimo.

Nos preços propostos deverão estar inclusos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: impostos, taxas, fretes, transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente dispensa de licitação, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

O pagamento será efetivado pela Prefeitura Municipal em **14 (quatorze) dias** após a prestação dos serviços, emissão e entrega e liquidação da nota fiscal.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice utilizado para correção anual dos tributos municipais.

A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2013, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Não será permitido a antecipação de pagamento anterior a entrega do objeto.

**Cláusula Sétima – RECURSO FINANCEIRO E GARANTIAS CONTRATUAIS**

As despesas para a cobertura da presente contratação serão cobertas por dotação orçamentária vigente no exercício de 2025:-

Despesa Desdobrada	Natureza da despesa	Nomenclatura da despesa	Unidade Orçamentária	Ação	Despesa Principal	Fonte de Recurso	Código de Aplicação	Nome do Recurso	Saldo da Dotação (em 25/02/2025)
197	3.3.90.39.48.00.00	SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO	02.01 - Gabinete do Prefeito e Dependências	2.003 - Manutenção do Gabinete	178	1	110-0000	GERAL	R\$ 139.713,68
4982	3.3.90.39.48.00.00	SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO	02.02 - Sec. Munic. de Administração	2.093 - Manutenção do Almoxarifado Municipal	587	1	110-0000	GERAL	R\$ 262.332,96
3414	3.3.90.39.48.00.00	SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO	02.06 - Sec. Munic. de Esporte, Lazer e Juventude	2.019 - Manutenção da Sec. Munic. De Esportes, Lazer e Juventude	3399	1	110-0000	GERAL	R\$ 90.707,82
5262	3.3.90.39.48.00.00	SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO	02.14 - Sec. Munic. de Cultura	2.038 - Manutenção das Atividades Culturais	4606	1	110-0000	GERAL	R\$ 183.369,51
4714	3.3.90.39.48.00.00	SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO	02.12 - Sec. Munic. de Turismo e Desenvolvimento Econômico	2.053 - Manutenção da Sec. Munic. Turismo e Desenvolvimento Econômico	4699	1	110-0000	GERAL	R\$ 103.283,84



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS/SP - CNPJ 45.547.403/0001-93  
RUA ADEMAR DE BARROS N.º 600, CENTRO  
CEP N.º 17.690-035 - BASTOS/SP - SALA 01 - FONE (14) 3478-9800  
DIVISÃO DE COMPRAS/LICITAÇÕES E CONTRATOS

3608	3.3.90.39.48.00.00	SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO	02.11 - Fundo Munic. de Assistência Social	2.021 - Manutenção da Sec. Munic. Promoção Social	3593	1	110-0000	GERAL	RS 31.924,00
5213	3.3.90.39.48.00.00	SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO	02.09 - Sec. Munic. de Agricultura, Abastec e Meio Amb	2.026 - Manutenção da Sec. Munic. De Agricultura e Meio Ambiente	3803	1	110-0000	GERAL	RS 77.248,97
1918	3.3.90.39.48.00.00	SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO	02.05 - Fundo Munic. de Saúde	2.078 - Manutenção da Sec. Munic. de Saúde	1906	1	310-0000	SAÚDE GERAL	RS 1.261.455,45
1179	3.3.90.39.48.00.00	SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO	02.04 - Sec. Munic. de Educação	2.014 - Manutenção do Ensino Fundamental	1160	1	220-0000	ENSINO FUNDAMENT	RS 727.340,41

**Cláusula Oitava – DO CRITÉRIO DE REAJUSTE, REPACTUAÇÃO E REEQUILIBRIO DE PREÇO E ADITIVO CONTRATUAL.**

Os preços acordados poderão ser alterados, por reajuste ou repactuação, após decorridos 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta, nos termos da Lei 14.133/2021 e será adotado como critério de reajuste o IPCA.

**Cláusula Nona – Dos Direitos e Responsabilidades das Partes**

Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto desse Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

**§ 1 – Constituem obrigações da CONTRATANTE:**

Exercer a fiscalização dos serviços, designando servidor responsável pelo acompanhamento da execução contratual e, ainda, pelos contatos com a CONTRATADA;

Fornecer à CONTRATADA todos os dados e informações necessários à execução do objeto do contrato;

Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste ajuste;

Expedir autorização de serviços, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis da data de início de sua execução.

Permitir aos técnicos e profissionais da CONTRATADA, acesso às áreas físicas envolvidas na execução deste contrato, observadas as normas de segurança;

Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios da CONTRATADA, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a Cláusula Primeira deste Contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

**§ 2º – Constituem obrigações da CONTRATADA:**

A Contratada obriga-se a:

Dispor-se a toda e qualquer fiscalização no tocante a execução dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no Contrato definido e conforme especificações constantes do Termo de Referência, do processo licitatório;

Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte desta Prefeitura, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações procedentes, caso ocorram;

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nas licitações;

Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Prefeitura Municipal e/ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade;

Empregar métodos de trabalho que conduzam à boa qualidade final dos serviços e a prestar esclarecimentos solicitados em qualquer fase ou etapa de sua execução;

Assumir exclusiva responsabilidade por danos pessoais sofridos por empregados seus ou de suas subcontratadas, durante a execução dos serviços, exonerando expressamente a CONTRATANTE e a Fiscalização de qualquer responsabilidade;

Refazer, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, qualquer parte dos serviços que tenha sido executada de modo incorreto ou de forma insatisfatória, dentro do prazo que para tal for estabelecido entre as Partes;

Não subcontratar, parcial ou totalmente, o objeto deste CONTRATO;

A contratada deverá assumir todos os custos envolvidos para assistência, inclusive visitas in loco no Município, durante a vigência do contrato.

Os Serviços de Treinamento de Brigada de Incêndio e Primeiros Socorros deverão abranger os seguintes temas:



BRIGADA DE INCÊNDIO:

INTRODUÇÃO  
ASPECTOS LEGAIS  
TEORIA DO FOGO  
PROPAGAÇÃO DO FOGO  
CLASSES DE INCÊNDIO  
PREVENÇÃO DE INCÊNDIO  
AGENTES EXTINTORES  
EPI (EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL)  
EQUIPAMENTOS DE COMBATE A INCÊNDIO  
EQUIPAMENTOS DE DETECÇÃO, ALARME, LUZ DE EMERGÊNCIA E COMUNICAÇÃO  
ABANDONO DE ÁREA  
PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA  
AVALIAÇÃO INICIAL

PRIMEIROS SOCORROS:

LEGISLAÇÃO PERTINENTE  
ABORDAGEM DA VÍTIMA  
ANÁLISE DE CENÁRIOS  
ANÁLISE PRIMÁRIA  
ANÁLISE SECUNDÁRIA  
LIBERAÇÃO DE VIAS AÉREAS E DESOBSTRUÇÃO  
ENGASGAMENTO  
QUEIMADURAS  
DESMAIOS  
CONVULSÕES  
FERIMENTOS E HEMORRAGIAS  
FRATURAS E IMOBILIZAÇÃO  
EMERGÊNCIAS CLÍNICAS  
MANOBRAS DE REANIMAÇÃO – RCP EM MANEQUIM DE TREINAMENTO  
TRANSPORTE DA VITIMA COM AUXILIO

**Cláusula décima – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

A vigência do contrato será de 03 (três) meses, contados da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado caso haja interesse da Administração, nos termos do artigo 106 e 107 da lei Federal nº 14.133/2021.

**Clausula décima primeira - DA SUBCONTRAÇÃO**

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**Clausula décima segunda - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o Contratado que praticar um dos atos elencados no art. 155 da referida lei.

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

**Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

**Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas II, III, IV, V, VI, VII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

**Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas VIII, IX, X, XI e XII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como nas alíneas II, III, IV, V, VI e VII, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei); não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**Multa:**

**Moratória de 1%** (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias. O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021 e;

**Compensatória de 30%** (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

No caso de extinção unilateral do contrato a aplicação de multa de mora e compensatória serão cumulativas, além da possibilidade de aplicação de outras sanções.

A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral



do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º).

Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15** (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

#### **Décima terceira – DA RESCISÃO**

O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no artigo 137, da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 1º - A extinção poderá ocorrer nas forma definidas no artigo 138, da Lei Federal nº 14.133/2021, observando a obrigatoriedade de conclusão de termo quando esta ocorrer de forma unilateral ou consensual.

§ 2º - havendo a extinção por culpa exclusiva da CONTRATANTE, esta deverá ressarcir o CONTRATADO de eventuais prejuízos devidamente comprovados, além de prover o pagamento dos serviços executados até a data da extinção.

§ 3º - Ocorrendo a rescisão por ato unilateral da CONTRANTE, além das sanções previstas no contrato e em lei, poderá acarretar as consequências previstas no artigo 139, da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### **Cláusula Décima Quarta - DA INEXECUÇÃO CONTRATUAL**

Havendo inexecução contratual a contratada responderá civil e criminalmente, podendo lhe ser aplicado administrativamente as sanções previstas em lei, dentre estas advertências, multa, suspensão na contratação com a administração ou declaração de idoneidade, sempre garantindo a ampla defesa e contraditório.

#### **Clausula Décima Quinta - DA LEGISLAÇÃO APLICAVEL e ORIGEM**

O presente contrato é regido pela Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, em especial, pelos artigos 89 e seguintes, sendo os casos omissos resolvidos a luz desta legislação.

PARÁGRAFO ÚNICO – O contrato tem por origem o processo de dispensa de licitação nº 193/2025, sendo que o mesmo passa a ser parte integrante deste, inclusive a proposta do CONTRATADO.

#### **Cláusula Décima Sexta – DA ELEIÇÃO DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Bastos para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, excluindo-se quaisquer outro por mais privilegiado que seja.

#### **Cláusula Décima Sétima – Das Disposições Gerais**

Para atendimento dos objetivos deste Contrato, a CONTRATADA não poderá subcontratar outras empresas, sem que haja prévia anuência da CONTRATANTE, nos termos do artigo 122, da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 1º – Em qualquer caso, a CONTRATADA assume, para todos os efeitos de direito, a responsabilidade direta e integral pela execução dos serviços.

§ 2º – Eventuais divergências nas especificações contidas nesta avença deverão ser resolvidas pela CONTRATANTE, a seu critério, em conformidade com a legislação vigente, ressalvada indenização por eventuais perdas e danos.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 5 (cinco) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Bastos, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

KLÉBER LOPES DE SOUSA  
PREFEITO DE BASTOS  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS



**ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS) (REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO N.º 11/2021)**

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS

CONTRATADO: \_\_\_\_\_

CONTRATO N.º (DE ORIGEM): \_\_\_\_\_

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA TREINAMENTO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E PRIMEIROS SOCORROS PARA SERVIDORES DE DIVERSAS SECRETARIAS DA MUNICIPALIDADE.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução n.º 01/2011 do TCE/SP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar n.º 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCE/SP – CadTCE/SP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções n.º 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

**2 Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**LOCAL e DATA:** \_\_\_\_\_

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:-**

Nome: Kléber Lopes de Sousa

Cargo: Prefeito do Município de Bastos/SP

CPF: 323.536.998-80

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**



Nome: Kléber Lopes de Sousa

Cargo: Prefeito do Município de Bastos/SP

CPF: 323.536.998-80

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pelo contratante:**

Nome: Kléber Lopes de Sousa

Cargo: Prefeito do Município de Bastos/SP

CPF: 323.536.998-80

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Pela contratada:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: Kléber Lopes de Sousa

Cargo: Prefeito do Município de Bastos/SP

CPF: 323.536.998-80

Assinatura: \_\_\_\_\_

**GESTOR DO CONTRATO:**

Nome: Evaldir Antonio Ribeiro

Cargo: Coordenador de Almoxarifado

CPF: 157.495.408-39 – Matrícula: 31917/1

Assinatura: \_\_\_\_\_

**FISCAL DO CONTRATO:**

Nome: Edson Aparecido de Souza

Cargo: Coordenador da Defesa Civil

CPF: 144.325.578-50 – Matrícula: 32107/1

Assinatura: \_\_\_\_\_



**ANEXO VII**

**TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO ELETRÔNICA**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BASTOS  
CONTRATADO: ..... / CONTRATO N.º ../2025.

Dados do Contrato: D.E. 193/2025 – Contrato n.º ../2025

Dados de Contato do Contratado:

**E-mail:** .....

**Telefone:** .....

**WhatsApp:** .....

**Declaração de Ciência:** ....., inscrito no CNPJ sob o número ..... com sede na Rua ..... n.º ....., Bairro ....., na cidade de ...../. representada por ..... – CPF: ..... – Cargo: ....., declaro estar ciente de que todas as comunicações, intimações e notificações relacionadas ao Contrato n.º ../2025 serão realizadas exclusivamente por meio eletrônico, utilizando-se os dados de contato fornecidos acima, e por meio do Diário Oficial Eletrônico do município (<https://imprensaoficialmunicipal.com.br/bastos>).

Estou ciente de que não serão enviadas correspondências (notificações, intimações, convocações, etc.) físicas pelos correios e que a responsabilidade de manter os dados de contato atualizados é exclusivamente minha, sob pena de reputar-se eficazes as comunicações enviadas ao telefone ou e-mail acima informados, na ausência de atualizações.

Data: .. de ..... de 2025.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: .....